
Equidade De Gênero No Jornalismo Esportivo: Análise Do Enquadramento Da Cobertura Sobre As Olimpíadas No Site GE¹

Letícia Barbosa RIBEIRO²

Valquíria Michela JOHN³

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

RESUMO

Historicamente, as mulheres foram excluídas do cenário esportivo. Aos poucos, essa perspectiva se transforma. Para entender o papel do Jornalismo nessa mudança, este trabalho consiste na análise do enquadramento do site Globo Esporte na cobertura das duas últimas edições das Olimpíadas, e tem como pergunta norteadora: a forma como a cobertura dos Jogos Olímpicos enquadra as modalidades femininas contribui para a visibilidade e a desmarginalização do esporte praticado por mulheres? Entre as observações feitas estão a mudança nos critérios de noticiabilidade no que se refere às atletas e a ausência de mulheres enquanto produtoras de notícias.

PALAVRAS-CHAVE: Jogos Olímpicos; Enquadramento; Gênero; Globo Esporte.

INTRODUÇÃO

Os Jogos Olímpicos da era moderna foram criados, em 1896, na Grécia, com o intuito de ser um evento que representasse virtudes atreladas ao masculino, como força, virilidade, coragem, moralidade e masculinidade. Na primeira edição dos Jogos, a participação feminina foi vetada. No entanto, brechas no regulamento permitiram que mulheres participassem da edição seguinte, de 1900, em Paris, em modalidades que não exigiam o contato físico com outros participantes. Desde então, a participação feminina nos Jogos Olímpicos vem crescendo gradativamente.

De edição para edição, as mulheres vêm conquistando cada vez mais espaço. Em 2012, na competição sediada em Londres, o percentual que representava a participação das atletas era de 44,3%; nas Olimpíadas do Rio, de 2016, esse número passou para

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, email: le_bribeiro@hotmail.com

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação e Informação (UFRGS), professora do Decom e do PPGCOM/UFPR, email: valquiriajohn@ufpr.br

45%. Já a edição dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, foi promovida como a Olimpíada da igualdade de gênero, tendo 49% de mulheres entre todos os atletas relacionados para as competições, enquanto o evento de Paris, que deve ser realizado em 2024, está sendo divulgado como a edição que alcançou o equilíbrio total, com 50% dos participantes sendo mulheres e os outros 50% homens.

Considerando a jornada percorrida pelas mulheres para poderem chegar até os Jogos Olímpicos, este trabalho busca analisar de que maneira as atletas são retratadas pelo jornalismo brasileiro. Aplicando a análise de enquadramento em um dos principais portais esportivos do país, o Globo Esporte, o trabalho tem como pergunta norteadora: a forma como a cobertura jornalística brasileira dos Jogos Olímpicos enquadra as modalidades femininas contribui para a visibilidade e a desmarginalização do esporte praticado por mulheres?

Para responder a essa problemática, o objetivo geral do trabalho é analisar o enquadramento utilizado durante as coberturas jornalísticas brasileiras das edições de 2016 e 2020 dos Jogos Olímpicos, nas modalidades coletivas futebol e voleibol feminino, sob a perspectiva de gênero, e os objetivos específicos são verificar como é o tratamento dado às atletas femininas, e se há maior destaque para os esportes masculinos; comparar se o enquadramento das modalidades foi diferente de edição para edição; identificar se houve ou não o aumento de jornalistas mulheres na cobertura dos eventos esportivos.

Considerando que o jornalismo esportivo tem relação com a construção da representatividade e representação feminina no esporte e que, segundo Markula (2009), o esporte feminino é marginalizado pelo jornalismo, que é dominado pela cobertura de modalidades masculinas, porém, com grandes eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos, o esporte feminino ganha espaço no jornalismo esportivo, pois o símbolo nacional se sobrepõe ao gênero dos atletas, resultando em um jornalismo que também cobre as modalidades femininas durante os eventos, busco entender se, a partir do enquadramento utilizado nas reportagens, o papel do Jornalismo foi contribuir para o reforço de estereótipos ou se a contribuição foi para a ruptura de paradigmas, uma vez que o enquadramento da prática jornalística pode determinar como uma realidade ou um fato vai fazer sentido para as pessoas.

JOGOS OLÍMPICOS E AS MULHERES

A proposta dos Jogos Olímpicos da era moderna era recriar as antigas Olimpíadas, disputadas na Grécia, séculos antes de Cristo. Esta versão dos Jogos representava a união dos povos, que interrompiam guerras e conflitos durante as competições e para celebrar as conquistas dos cidadãos gregos — título exclusivo dos homens.

No entanto, brechas no regulamento permitiram que as mulheres participassem da nova versão dos Jogos, estipulada por Pierre de Frédy, o Barão de Coubertin. As primeiras modalidades que tiveram a participação feminina aconteceram em 1900, e foram golfe e tênis. Em 1904, as mulheres competiram no arco e flecha. Em 1908, puderam participar das competições de tênis, patinação, arco e flecha, e acompanhando os maridos, nas provas de barco a motor e de vela. Na edição seguinte, de 1912, a natação feminina também foi integrada aos Jogos Olímpicos. Os saltos ornamentais foram incluídos nas modalidades que as mulheres podiam disputar em 1920. A esgrima passou a integrar essa lista em 1924.

Em 1928, a ginástica e o atletismo foram incluídos nas Olimpíadas, no entanto, devido a dificuldades técnicas, o rendimento feminino no atletismo provocou a argumentação de que as mulheres não têm capacidade física para provas de resistência (OLIVEIRA, CHEREM, TUBINO, 2008). Argumento que contribuiu para o estigma da fragilidade das mulheres, baseado no limitado conhecimento da medicina da época, exercida majoritariamente por homens, de que a atividade física vigorosa poderia representar um perigo para a saúde e o bem-estar da mulher (MIRAGAYA, 2007).

Apesar disso, as mulheres ainda conseguiram se estabelecer nas edições seguintes dos Jogos Olímpicos. Uma vez que os papéis de gênero foram abalados durante e após a Segunda Guerra Mundial, as mulheres passaram a ocupar os lugares que antes haviam sido exclusivamente dos homens.

A entrada da União Soviética e de alguns países do Oriente, nas Olimpíadas de 1952, foi outro fator que contribuiu para a inclusão das mulheres nos esportes. Esses países valorizavam os atletas, independente se homens ou mulheres, o que resultou num aumento de 385 em 1948 para 518 em 1952. Fruto dos investimentos de seus países, as novas competidoras estream com ótimos desempenhos. Esse sucesso significava prestígio aos países que ocupavam os pódios. No contexto da Guerra Fria, os países

ocidentais se viram então obrigados a investir na preparação das atletas, a fim de evitar que os Jogos Olímpicos representassem visibilidade para o Oriente (MIRAGAYA, 2007).

A progressão da participação das mulheres vinha ocorrendo como competição entre os países. No entanto, a igualdade de gênero passou a integrar a agenda COI. Em 2018, o Comitê lançou o Projeto de Revisão da Igualdade de Gênero e, em 2021, alterou suas diretrizes tornando possível que, durante a Cerimônia de Abertura, um homem e uma mulher carreguem juntos a bandeira do país que representam, assim como foi estipulado que as delegações devem ser representadas por, no mínimo, um homem e uma mulher. Segundo o Olympic Channel (2021), o COI assumiu o compromisso de alcançar a plena igualdade de gênero nos Jogos Olímpicos de Paris 2024.

No entanto, na contramão da demanda feminista, como Fuller pontua, está a intitulação das competições femininas, com o uso do termo *ladies' events* — modalidades das damas — ao invés de *women's events* — modalidades das mulheres. Para a autora, esse fator não favorece uma inclusão ampla, pois as definições por ela encontrada se referem à

Lady [dama] como “uma mulher de comportamento e fala refinados”, Mulher “uma palavra genérica para uma ser humano feminino” e nos lembrando que “uma dama é uma mulher, mas nem todas as mulheres são damas”. Lady insinua hierarquia: escrito com L maiúsculo, pode significar alguém em um alto escalão, enquanto escrito simplesmente lady, o status socioeconômico pode se referir a uma *bag lady* [mendiga] ou *cleaning lady* [faxineira] (FULLER, 2018, p. 11)⁴.

Ainda segundo Fuller, tal nomenclatura contribui para a elitização do esporte, uma vez que “a noção de classe tem sido relevante, especialmente porque meninas e mulheres com recursos sempre tiveram um acesso mais fácil a esportes” (FULLER, 2018, p. 11)⁵. E, como a autora destaca, o objetivo deve ser incluir todas as mulheres.

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA FEMININA NAS OLIMPÍADAS

O Brasil se inseriu no cenário olímpico em 1920, nos Jogos da Antuérpia, com uma delegação formada por 21 atletas homens. Somente três edições depois, uma

⁴ “Defining Lady as “a woman of refined behavior and speech,” Woman “a generic word for a female human being,” and reminding us that, “A lady is a woman, but not all women are ladies.” Lady insinuates rank: spelled with a capital L, it might mean someone in a high echelon, while spelled simply lady that socioeconomic status might refer to a bag lady or a cleaning lady” (FULLER, 2018, p. 11).

⁵ “The notion of class has also been relevant, especially as girls and women with means by default have always had an easier access to sports” (FULLER, 2018, p. 11).

brasileira passou a integrar a equipe. A primeira mulher a representar o Brasil numa edição dos Jogos Olímpicos foi Maria Lenk, em 1932, em Los Angeles, na natação. Ela era filha de alemães, o que ilustra o perfil das mulheres que praticavam algum esporte na época: jovens e filhas de imigrantes que já valorizavam a prática esportiva (REIS, SABINO, SANTOS, 2015).

No entanto, a participação nas Olimpíadas não significou uma ampla inserção feminina no esporte brasileiro. Em 1934, foi implementado o Regulamento nº 7, que dispunha que a educação física das mulheres deveria ser essencialmente higiênica. A prática esportiva não era proibida, no entanto, categorizava que exercícios que contribuíssem para o fortalecimento dos músculos da região da bacia seriam os exercícios apropriados às mulheres, uma vez que “a mulher não é constituída para lutar, mas para procriar” (REGULAMENTO nº 7, 1934, p. 16), então, “qualquer exercício que seja acompanhado de pancadas, de choques e de golpes, é perigoso para o órgão uterino” (REGULAMENTO nº 7, 1934, p. 16). Dessa forma, as mulheres estariam saudáveis para cumprir com as supostas determinações biológicas impostas a elas (TRALCI FILHO, RUBIO, 2012).

Posteriormente, a primeira legislação que organiza o esporte brasileiro, o Decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941, por meio do artigo 54, consolidou que a prática esportiva seria prejudicial à maternidade — tida como condição essencial das mulheres —, portanto, não seria permitido às mulheres “a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza” (BRASIL, 1941). Entre as modalidades proibidas pelo Conselho Nacional de Desportos (CND), estavam o halterofilismo, beisebol, lutas de qualquer natureza e o futebol⁶.

Contudo, a participação de brasileiras em Olimpíadas continuou a acontecer, mesmo que em números pouco expressivos, e em modalidades que não violavam o decreto. Em 1979, o Decreto-Lei nº 3.199 de 1941 foi revogado. Mas, a primeira medalha olímpica só foi conquistada por uma modalidade feminina 17 anos depois de tal revogação. Nos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, as atletas brasileiras conquistaram as medalhas de ouro e de prata no vôlei de praia, a medalha de prata no basquete e a medalha de bronze no voleibol. O feito é considerado “um marco para as

⁶ Fonte:

<https://ge.globo.com/futebol/futebol-feminino/noticia/decreto-lei-de-proibicao-da-pratica-do-futebol-por-mulheres-completa-80-anos.ghtml>

atletas brasileiras, pois as medalhas representam a superação dos desafios que tiveram de enfrentar para poder ter o direito de competir, treinar e praticar outros esportes” (SAE DIGITAL, 2021), e as edições seguintes não passaram sem que pelo menos uma atleta brasileira conquistasse uma medalha.

MULHERES NO JORNALISMO

A participação feminina na produção jornalística está em constante avanço. A feminização da categoria no Brasil é reflexo da obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão de jornalista, instituída em 1969 que resultou na expansão dos cursos superiores de jornalismo. No entanto, a ocupação equivalente entre homens e mulheres nas redações de veículos de comunicação não impede que o jornalismo continue a ter um gênero: o masculino (SILVA, 2010). Isso se dá por dois fatores. O primeiro, porque, segundo Romano (2021), essa ocupação está na base da pirâmide hierárquica, uma vez que, em comparação aos homens, ainda há significativamente menos mulheres em posições de liderança. Como a autora descreve,

Se há mais homens na redação, ou mais homens em cargos de chefia, ou em posição de destaque, as escolhas de pautas deles podem ser aquelas definidas como decisivas. Se há menos mulheres e em poucos cargos de chefia, além de menos respeitadas como profissionais gabaritadas, os assuntos sugeridos por elas podem não ser levados em conta nas decisões daquilo que será publicado e esta questão pode se refletir na escolha das fontes. (ROMANO, 2021, p. 91).

O segundo fator tem relação com a cultura e com os padrões de comportamento referentes ao local de pertencimento dos jornalistas. Isso porque, segundo Silva (2010), os profissionais são sustentados por suas subjetividades durante a construção da notícia. Como a autora explica, “os valores culturais hegemônicos estão postos nas visões de mundo dos profissionais e como tal, incidem, ainda que inconscientemente e não de forma deliberada, nos processos criativos, seletivos e produtivos das notícias” (SILVA, 2010, p. 197).

Ainda segundo Silva (2010), o fato de os jornalistas estarem inseridos na sociedade faz com que as suas visões de mundo sejam refletidas na realidade que narram nas reportagens, a partir de suas identidades, seja de gênero, classe social ou raça, assim como os seus valores sociais e morais atuam como norteadores para a construção das notícias (SILVA, 2010).

O jornalista é parte da sociedade em que está inserido, partilhando com esta visões de mundo que o ajudam a estabelecer padrões de normalidade e anormalidade, certo e errado, e que fornecem, portanto, parâmetros que o ajudam a definir o que é ou não notícia, e que de modo geral se aproximam dos valores dominantes e normatizadores da sociedade (SILVA, 2010, p. 42)

Dessa forma, o jornalismo é tido também como um conhecimento social, no entanto, permeado por visões de mundo e ideologias, pois envolve a perspectiva que os jornalistas têm sobre a História, sobre a sociedade e sobre a humanidade, tornando-o essencial para se compreender quais são os valores de uma sociedade e para se entender o que nela é considerado normativo.

Como Silva (2010) descreve, as notícias representam as relações sociais do contexto onde estão inseridas, pois contribuem para a concepção de um conhecimento social que ensina a ser sujeito na sociedade, uma vez que estão articuladas aos saberes cultural e socialmente legitimados.

A autora aponta ainda que é dessa maneira que se dá o entendimento do que é ser homem e o que é ser mulher nas sociedades. “As instituições, os símbolos e os conhecimentos sociais são as chaves para que se possa perceber como se estabelecem os modos como os sujeitos “fabricam” suas identidades de gênero” (SILVA, 2010, p. 57). Isso porque as identidades culturais estão fortemente atreladas aos meios de comunicação.

Essa relação acontece em via de mão dupla. O jornalismo “é um dos principais articuladores da produção dos saberes cotidianos que orientam a (e se orientam na) cultura” (SILVA, 2010, p. 33). Ou seja, o conhecimento produzido pelo jornalismo interfere na cultura de uma sociedade, da mesma forma que esse conhecimento foi produzido com respaldo cultural dessa mesma sociedade. Portanto,

não há como pensar a cultura (aqui entendida como conjunto de regras, hábitos e valores historicamente construídos numa sociedade) em que estamos inseridos sem refletir sobre o papel do jornalismo. A participação do jornalismo na normatização da sociedade fica evidente por este prisma, bem como nos processos pelos quais são valoradas as relações sociais. É em meio a isso que se situam as representações de gênero. Esses mesmos valores e formas de construção da realidade através da notícia incidem sobre a construção de determinadas concepções de gênero, definindo masculinidades e feminilidades (SILVA, 2010, p. 37).

Assim, o jornalismo acaba por reproduzir os valores e representações hegemônicos de gênero, o que resulta no ciclo vicioso em que o padrão normativo que orienta e se orienta na cultura é legitimado e faz parte do processo de formação dos

sujeitos, e dos jornalistas que são “um dos elos desta imbricação [entre jornalismo e cultura], num processo que se retroalimenta e que também está em permanente movimento” (SILVA, 2010, p. 197).

Assim como o jornalismo, o esporte também reflete os princípios, valores e cultura da sociedade onde está inserido. Sendo assim, a manutenção da dominância masculina acontece pela marginalização do esporte feminino, pela sexualização das atletas e pelo menosprezo às conquistas das mulheres. Segundo Fuller (2018), a linguagem utilizada para se referir ao esporte é uma ferramenta para tal marginalização. Para a autora, isso é algo que se inicia ainda nos manuais dos esportes. “Muitos livros de regras esportivas contêm ditames com especificações de gênero, usando termos masculinos como ‘ele’ e ‘espécie do homem’” (FULLER, 2018, p. 12, tradução nossa)⁷. A linguagem exclusiva, como a autora aponta, direciona à banalização de atletas do sexo feminino e induz à ideia de que as mulheres estão invadindo um espaço de domínio masculino.

Neste sentido, Silva (2010) descreve a linguagem como a responsável por dar sentido aos gêneros. Segundo ela, é a partir da linguagem que

podemos perceber a normatização do masculino como a forma genérica para se referir a homens e mulheres. Ela também é o primeiro modo de instituir significados aos gêneros e demarcar os lugares destes nas sociedades não apenas pelo ocultamento do feminino, e sim também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos. Não por acaso os meninos recebem os adjetivos mais valorados, como forte, corajoso, ativo, e as meninas, ao contrário, aqueles que indicam fragilidade, delicadeza, afetuosidade (SILVA, 2010, p. 57).

Da mesma forma, o jornalismo, segundo Markula (2009), desempenha um importante papel na construção da feminilidade no esporte. Nesse sentido, o jornalismo esportivo contribui para a marginalização do esporte feminino ao colocá-lo como uma categoria diferente do esporte masculino, reforçando que as diferenças de gênero são, não apenas importantes, como também o fator que separa os homens do “sexo frágil” e, conseqüentemente, coloca o esporte feminino como inferior. O que, segundo a autora, resulta na baixa cobertura de modalidades praticadas por mulheres (MARKULA, 2009).

Como apontado por Romano (2021), este fato é consequência da predominância masculina na ocupação dos cargos de chefia e direção dos veículos de comunicação. A partir da perspectiva dos homens diretores de redação, assuntos de interesse e

⁷ “So many sports rulebooks contain gender-exclusive and gender-specific dictates, using masculine terms such as “he” and “mankind”” (FULLER, 2018, p. 12).

preocupação dos homens têm o *status* de notícia, pois a eles cabe atender às demandas masculinas, enquanto tópicos femininos recebem o *status* de periféricos, uma vez que há o debate sobre o local de pertencimento das mulheres na sociedade (ROMANO, 2021).

De acordo com Silva (2010), este padrão normativo reflete nas relações de gênero e poder, já que o masculino é entendido como norma e correto. Segundo a autora, “o masculino se constitui como condição primeira, que subordina o feminino em relação hierárquica. Os modos masculinos coincidem com a norma mais geral; recrudescem sua posição reafirmando o feminino como desvio, inadequação, falta” (SILVA, 2010, p. 197).

No entanto, é durante a cobertura de grandes eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos, que a publicização do esporte feminino aumenta. Essa midiaticização das modalidades femininas somada às políticas de igualdade de gênero estipuladas pelas entidades responsáveis pelos eventos, como a missão estabelecida pelo COI de promover e apoiar mulheres no esporte, contribuem para a aceitação de esportes femininos por parte do público.

Embora a cobertura para o esporte feminino permaneça baixa em comparação com o masculino, ela tende a aumentar durante os principais eventos internacionais, como os Jogos Olímpicos [...] Muitos estudos demonstram que as mulheres que devem ganhar medalhas recebem mais atenção na mídia e os atletas de sucesso, independente do gênero, são o foco do interesse da mídia. Nesse sentido, a identidade nacional se sobrepõe ao gênero do atleta. Consequentemente, o maior sucesso olímpico das mulheres em uma variedade de modalidades esportivas resultou em uma maior cobertura da mídia (MARKULA, 2009, p. 3, tradução nossa)⁸.

Contudo, a relação entre jornalismo e esporte, não raramente está atrelada à proximidade que o jornalista tem com o universo esportivo. Como expresso por Unzelte (2009), o jornalismo esportivo é uma das poucas áreas em que a paixão pelo esporte é um fator de peso na escolha profissional. Como o autor aponta, “a maioria deles [jornalistas esportivos] parece ter optado pelo esporte, antes de tudo, por identificar-se com o tema desde cedo. São casos em que a memória afetiva falou mais alto” (UNZELTE, 2009, p. 7).

⁸ “While the coverage for women’s sport remains low in comparison to men, it does tend to increase during major international events like the Olympic Games [...] Several studies demonstrate that women who are expected to win medals receive more attention in the media and successful athletes, regardless of their gender, are the focus of media interest. In this sense, national identity overrides the athlete’s gender. Consequently, women’s increased Olympic success in a variety of sporting events has resulted in greater media coverage” (MARKULA, 2009, p. 3).

Dessa forma, o jornalismo enquanto um meio masculino (ROMANO, 2010), atrelado às dificuldades enfrentadas pelas mulheres na inserção esportiva, tem como consequência não só um jornalismo esportivo que prioriza o esporte masculino em sua cobertura diária, como também invisibiliza o esporte feminino, reproduz padrões normativos e contribui para que esses padrões sejam mantidos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as matérias publicadas no portal globoesporte.com durante os períodos em que aconteceram as edições do Rio e de Tóquio⁹ dos Jogos Olímpicos. A coleta do material foi realizada diretamente a partir do mecanismo de busca do site, com o filtro de data de publicação, e os termos pesquisados foram “vôlei” e “futebol”.

Ao todo, foram mapeadas 757 postagens realizadas entre os períodos de 5 a 21 de agosto de 2016 e 23 de julho a 8 de agosto de 2021, período de realização dos jogos. Na edição do Rio foram publicadas 176 matérias sobre futebol e 208 sobre vôlei; e 149 sobre futebol e 224 sobre vôlei durante os Jogos de Tóquio.

Dividindo por gênero, foram produzidas 30 matérias sobre o futebol feminino e 38 sobre o masculino; 38 sobre o voleibol feminino e 46 sobre o masculino nas Olimpíadas do Rio; nos Jogos de Tóquio, foram 21 sobre o futebol feminino e 51 sobre o masculino; 56 sobre o voleibol feminino e 38 sobre o masculino. Como o foco da pesquisa é a cobertura dos esportes femininos, apenas as matérias sobre as equipes femininas foram analisadas. As matérias cobrindo as modalidades masculinas foram usadas apenas na questão quantitativa.

Considerando que o enquadramento é a ferramenta utilizada pelos jornalistas para que eventos e situações façam sentido aos leitores, a análise de enquadramento foi adotada como ponto de partida para entender como aconteceu a cobertura sobre os esportes femininos. Seguindo o que propõe Entman (1993), o papel do jornalista também é um fator a ser considerado na análise de enquadramento. Segundo o autor, “enquadramentos têm pelo menos quatro locais no processo de comunicação: o comunicador, o texto, o receptor, e a cultura” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução

⁹ Vale lembrar que os Jogos de Tóquio foram adiados de 2020 para 2021 em virtude da pandemia da covid-19.

nossa)¹⁰. Dessa forma, as assinaturas das publicações também foram analisadas, com o intuito de observar a presença ou não das mulheres enquanto produtoras de notícia.

Olhar para quem construiu as matérias é essencial para entender o ponto de vista pelo qual os materiais foram construídos, pois o local de pertencimento dos jornalistas reflete diretamente em seus modos de ver o mundo e assim determinar como construir a notícia. Segundo Rothberg (2010, p. 23), “um enquadramento é construído por meio de operações como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, compondo perspectivas gerais para a compreensão de acontecimentos e situações cotidianas”. Para Entman (1993), essa construção está ligada à forma pela qual o enquadramento escolhido pelo jornalista pode influenciar na recepção da informação comunicada.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De maneira geral, duas observações podem ser feitas ao olhar para os números. A primeira, é que apenas na cobertura do voleibol nos Jogos Olímpicos de Tóquio o número de matérias foi maior para uma modalidade feminina. Ao considerar o contexto, foi o único momento em que o desempenho da equipe feminina esteve melhor. Em comparação, o time masculino ficou na quarta colocação, enquanto o feminino chegou à final e conquistou a medalha de prata. Além da questão do desempenho, outras situações podem ter contribuído para um maior número de matérias sobre a seleção feminina, como lesões na equipe principal e possível caso de *doping*¹¹.

A segunda observação é que a maioria das matérias foi assinada por homens ou não tem assinatura, e a quantidade de assinaturas de jornalistas mulheres é realmente baixa. No caso do vôlei, na edição de 2016, uma matéria foi assinada por uma mulher, já na edição de 2020, todas as assinaturas são de homens. No futebol, esses índices podem ser considerados melhores. Das 30 publicações de 2016, 11 foram assinadas por mulheres. Na edição mais recente, apesar desse número ter caído para nove, representa quase metade das publicações.

¹⁰ “Frames have at least four locations in the communication process: the communicator, the text, the receiver, and the culture” (ENTMAN, 1993, p. 52).

¹¹ Referência à atleta Tandara Caixeta, suspensa por “potencial violação” no antidoping, que foi desligada da equipe em 05/08/2021 e retornou ao Brasil.

Ao olhar especificamente para as modalidades em cada edição, a análise foi mais detalhada. Na cobertura do futebol, em 2016, as matérias se referiam à seleção feminina como “Marta e cia” e focaram na comparação à equipe masculina, o que reforça a marginalização do esporte feminino, pois as mulheres só mereciam notoriedade pelo fato de que o início dos homens na competição não atendeu às expectativas. Quando comparada à edição seguinte, a cobertura da equipe feminina ganhou mais qualidade, uma vez que o portal passou a destacar toda a equipe, não apenas a principal jogadora.

A cobertura do vôlei nos Jogos do Rio serviu como um reforço de que o esporte feminino deve ser algo esteticamente belo. Com matérias no formato de perfil, as publicações destacavam e reforçavam a feminilidade das atletas, dando destaque a aspectos irrelevantes para uma cobertura jornalística. Em Tóquio, isso já não aconteceu. No entanto, mesmo que relacionado ao esporte, destacar a idade de uma atleta apenas porque ela foi a mais velha a subir no pódio se tornou recorrente e a cobertura passou a dar ênfase a esse fato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cobertura jornalística das duas edições mais recentes dos Jogos Olímpicos feita pelo site Globo Esporte mostra que, em alguns aspectos, o jornalismo esportivo tem de fato caminhado junto ao COI para tornar o esporte um espaço ocupado também por mulheres, no entanto, o portal ge não está em completo acordo com o comprometimento da entidade e ainda fica alguns passos para trás do Comitê Olímpico.

Quanto aos objetivos do trabalho, ao observar como se deu a cobertura do futebol feminino, pode-se perceber como o tratamento dado à modalidade mudou de uma edição para a outra. Se num primeiro momento, nos jogos do Rio, tinha-se um jornalismo que nomeava apenas a principal jogadora da equipe, em Tóquio, a cobertura passou a buscar reconhecer outros nomes no elenco do time.

Da mesma forma, na cobertura do voleibol, a vida pessoal das atletas passou a ser o foco das notícias apenas em situações em que esses aspectos fossem relevantes. Na primeira edição analisada, o portal se preocupou em traçar o perfil de cada uma das atletas convocadas a representar o país na modalidade, apresentando algumas curiosidades sobre as jogadoras e o motivo que as levaram a praticar o esporte. Na

edição mais recente, isso já não aconteceu. As matérias que tratam de temáticas pessoais têm mais foco no desempenho das atletas, a repercussão que tiveram nas redes sociais, ou outros aspectos relacionados propriamente às Olimpíadas, como lesões. Porém, mesmo que relacionado a uma conquista, como se tornar a atleta mais velha a subir no pódio, este fator se tornou qualificatório e passou a ser essencial para a construção da notícia.

Outro ponto que mudou de uma edição para a outra também foi o tratamento dado às atletas. Se em 2016 era considerado relevante noticiar que uma atleta borrou a maquiagem ao chorar pela eliminação da equipe na competição, ou precisava da validação de um homem que desempenha a mesma função para reconhecer a grandeza da maior atleta do futebol feminino brasileiro, na edição de 2020 isso já não aconteceu.

Nos Jogos de Tóquio, em ambos os esportes, a cobertura se ateve mais aos fatos que aconteceram durante as partidas e treinos e menos a questões estéticas e que reforçassem os estereótipos que circundam o que é ser mulher.

Ainda sobre o tratamento que as atletas receberam pela cobertura jornalística, nas duas edições elas foram, junto às comissões técnicas, as principais fontes utilizados nas matérias.

Um fator negativo que pôde ser observado durante a pesquisa, ao contrário do que se esperava no início deste trabalho, foi que a presença de mulheres enquanto produtoras das notícias não teve um aumento significativo de uma edição para a outra. Na cobertura do vôlei, o número de assinaturas de jornalistas mulheres passou de um na edição do Rio para zero em Tóquio, mesmo tendo tido uma quantidade de publicações relativamente grande na última edição.

No caso do futebol, as matérias assinadas por mulheres passaram de 11 para nove. No entanto, esses números correspondem a cerca de um terço das publicações do Jogos do Rio, e quase a metade das publicações de Tóquio.

Talvez por esse fator, aspectos relacionados propriamente às questões de gênero não foram abordadas pelo Globo Esporte durante a cobertura. Como Silva (2015) aponta, “o jornalismo está enredado epistemológica e politicamente em valores sociais hegemônicos, como o masculinismo” (SILVA, 2015, p. 61). De modo que, quando a própria torcida iniciou as comparações entre as seleções feminina e masculina de futebol, o portal não aprofundou a discussão. E nem mesmo quando as próprias

jogadoras apontam a falta de investimentos e apoio na modalidade feminina, o tema não é discutido de forma ampla, a demonstrar de que forma isso é um problema e o que se perde por essa defasagem.

Quanto ao destaque que as modalidades femininas e masculinas receberam, como Markula (2009) afirma, o jornalismo tende a dar visibilidade àqueles que têm expectativa de conquistar uma medalha. Algo que foi percebido com este trabalho. As modalidades que as equipes acabaram, de fato, com uma medalha, foram as que mais receberam a atenção do Globo Esporte. No caso das equipes masculinas, elas tiveram um maior número de reportagens quando foram campeãs, da mesma forma que o vôlei feminino recebeu maior destaque que o masculino quando a equipe feminina disputou a final olímpico e a masculina ficou fora do pódio.

Assim, com este trabalho, pode-se concluir que o jornalismo esportivo reflete as mudanças pelas quais a sociedade vem passando. Da mesma forma que as minorias vão, aos poucos, sendo incluídas nas esferas públicas, o jornalismo também vai se transformando, mesmo que ainda existam muitas lacunas a serem preenchidas.

REFERÊNCIAS

- ENTMAN, R. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v.43, n.4, 1993.
- ROTHBERG, D. Jornalismo e informação para democracia: parâmetros de crítica de mídia, 2010. In: Christofolletti, R. **Vitrine e Vidraça: Crítica de mídia e qualidade no jornalismo**, ed. Livros LabCom, 2010.
- OLIVEIRA G; CHEREM EHL; TUBINO MJG. A inserção histórica da mulher no esporte. **R. bras. Ci e Mov**, 2008.
- DALSIN, K; GOELLNER, S. **O Elegante Esporte da Rede: O Protagonismo Feminino no Voleibol Gaúcho dos Anos 50 e 60**, 2006.
- MARQUES JUNIOR, N. **História do voleibol no Brasil e o efeito da evolução científica da educação física brasileira nesse esporte. Um estudo com o conteúdo revisado e ampliado, Parte 2**, 2016.
- MIRAGAYA, A. **As mulheres nos jogos olímpicos participação e inclusão social**, 2007.
- TRALCI FILHO, MA; RUBIO, K. **As identidades da atleta brasileira: os “pontos de apego temporários” da mulher na vida esportiva**. Movimento, vol. 18, núm. 2, abril-junio, 2012.
- LEAL, P. **Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso**, 2007.

REIS, J; SABINO, N; SANTOS, C. **A MULHER E O ESPORTE: uma trajetória de não lugar**, 2015.

BROCH, M. Histórico do futebol feminino no Brasil: considerações acerca da desigualdade de gênero. In: **Temporalidades – Revista de História**, Edição 35, v. 13, n. 1, 2021.

SOUZA JÚNIOR, O. **FUTEBOL COMO PROJETO PROFISSIONAL DE MULHERES: interpretações da busca pela legitimidade**, 2013.

MARKULA, P. **Olympic Women and the Media - International Perspectives**, 2009.

FULLER, LK. **Female Olympian and Paralympian Events - Analyses, Backgrounds, and Timelines**, 2018.

HARGREAVES, J; ANDERSON, E. **Routledge Handbook of Sport, Gender and Sexuality**, 2014.

CERVIN, G; NICOLAS, C. **Histories of Women’s Work in Global Sport - A Man’s World?**, 2019.

BUENO, N. **(In)Visibilidade das mulheres em programas esportivos de TV: um estudo de casos no Brasil e em Portugal**, 2018.

SILVA, G. **Futebol feminino: proibido para quem? Uma análise de duas reportagens sobre o futebol praticado por mulheres no período anterior a sua regulamentação como esporte**, 2012.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.

UNZELTE, C., **Jornalismo esportivo: relatos de uma paixão**, v.4, 2009.

ROMANO, S. **A voz feminina nas reportagens televisivas: um estudo comparativo entre os jornais televisivos de Portugal e do Brasil a partir do lugar de fala**, 2021.

SILVA, M. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**, 2015.

SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**, 2010.

PEREIRA JUNIOR, L. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**, 2010.

MAGRI, D. Proibido há 80 anos por “prejudicar maternidade”, futebol feminino estreia Brasileiro histórico. **El País**, São Paulo, 17 de abril de 2021. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/esportes/2021-04-17/proibido-por-80-anos-por-prejudicar-maternidad-e-futebol-feminino-estrea-brasileirao-historico.html>>. Acesso em 15 de agosto de 2023.